

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: As urgências do setor elétrico.....	2
Título: Aos números	4
Título: Setor produtivo volta ao STF após reajuste da tabela do frete	5
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	6
Título: Furnas investirá R\$ 510 milhões para modernizar transmissão em SP	6
Título: Tabela do frete sobe em média 3% após aumento no preço do diesel	7
Título: Senado aprova MP que mantém desconto do diesel	8
Título: Energia deixa passivo de R\$ 88 bi para 2019.....	9
Título: Projeto da Eletrobras fica pronto para votação no Senado	10
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	11
Título: » Contra o tempo.	11
Título: Luz brilhante	11
Título: Casamento de conveniência?	12
Título: Setor produtivo critica reajuste de 5% no frete	13
Título: Produção de petróleo recua ao nível de 2016.....	14
Título: Parada é planejada, afirma Petrobrás	16
Título: Reajuste do frete desagrada.....	16
Título: Subsídios inaceitáveis	18
VEÍCULO: Valor Econômico.....	19
Título: Lucro de estatais cresce, e Tesouro recebe R\$ 5,7 bi	19
Título: Capitalização das empresas federais terá R\$ 10 bi em 2019.....	21
Título: Plenário do Senado aprova MP do subsídio para óleo diesel.....	22

Título: Mais de R\$ 100 bi ficaram fora do Orçamento.....	23
Título: Para Braga, luz pode subir 40% no AM.....	25
Título: Agências reguladoras e o TCU.....	27
Título: Petroleiras buscam startups para entrar na indústria 4.0.....	29
Título: Destaques	32
Título: Tecsis consegue adesão para cortar dívida em 68%.....	32
Título: Glencore assume Alesat e inicia integração	34
Título: Petrobras e Equinor miram parceria para geração eólica no mar.....	36

VEÍCULO: O Globo

Data: 06/09/2018

Seção: Colunas

Autor: Míriam Leitão

Título: As urgências do setor elétrico

Quem vencer a eleição enfrentará, ao chegar ao governo, uma série de problemas no setor de energia, passivos não resolvidos, subsídios que precisarão ser reduzidos ou eliminados, uma conta que tem aumentado cada vez mais, desde 2014. Os programas dos candidatos tratam de forma genérica o assunto, e mesmo quando estão certos são propostas de lenta implantação. No melhor cenário, se o país retomar o crescimento, a energia será um limitador.

Todo dia uma conta nova aparece, que a Aneel, sem hesitar, transfere para o consumidor. Hoje é até difícil explicar esse amontoado de pesos que acabou sendo depositado nos usuários. A Abrace, associação que representa os grandes consumidores de energia elétrica, calcula que os passivos juntos cheguem a R\$ 90 bilhões. E eles podem ser repassados à conta de luz nos próximos anos.

O maior custo, nesse cálculo da Abrace, é o da Amazonas Energia, que mesmo se for vendida tem um rombo de R\$ 20 bilhões para ser jogado sobre todos os brasileiros. O governo ainda tenta privatizar a empresa este ano, mas se

conseguir irá apenas evitar prejuízos futuros. A conclusão de Angra 3, se for feita, representaria mais R\$ 17 bi. Para recompor o chamado risco hidrológico, até dezembro deste ano, os consumidores terão que arcar com mais R\$ 15 bi em 2019. A bandeira tarifária já tem uma conta de R\$ 5 bilhões. Risco hidrológico é o quanto as empresas do setor alegam ter a receber por causa da queda do volume de chuvas. Elas dizem que está muito abaixo da média histórica e do que previam os contratos. Mesmo assim elas têm que entregar a energia contratada. Houve ainda decisões do governo Dilma que as obrigaram a gerar energia, quando deveriam estar poupando água.

Há mais custos não contabilizados. Na Justiça, há uma briga em torno de R\$ 55 bilhões, diz Lucien Belmonte, diretor da Abividro, por causa das indenizações não pagas às transmissoras de energia, durante a implementação da MP 579. As concessões foram renovadas de forma automática, com redução de tarifas, e as empresas brigam para receber por investimentos feitos que não foram amortizados.

Ontem, em evento em São Paulo patrocinado pela Abrace, alguns representantes dos candidatos à Presidência não demonstraram grande familiaridade com o tema. O enviado pelo PT, Maurício Tolmasquim, que presidiu a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) durante o mandato da ex-presidente Dilma, admitiu que a gestão petista não conversou com o setor.

—Faço uma autocrítica. Faltou, no período, maior diálogo com o setor. Um mérito da equipe que nos sucedeu foi reatar esse diálogo, tanto geradores quanto consumidores — afirmou Tolmasquim.

Não houve qualquer entendimento não apenas com o setor, mas com a realidade. A MP 579 provocou a maior desorganização no sistema de financiamento e precificação de energia, distribuiu passivos e algumas contas ainda estão chegando.

O professor Helder Queiroz, do grupo de economia e energia da UFRJ, disse que em dezembro de 2019 vencerá o tratado assinado do gasoduto entre Brasil e Bolívia (Gasbol). Paulo Pedrosa, que foi secretário de Minas e Energia no governo Temer, lembrou que a Amazonas Energia tem um rombo anual de R\$ 5 bi, e que senão for vendida continuará sendo pago pelos consumidores. O advogado Julião Coelho, especializado em energia e ex-diretor da Aneel, perguntou se vale a pena concluir Angra 3, que tem um custo anual de R\$ 2 bilhões por ano. A agenda do setor é cheia de decisões urgentes.

— Será que já não chegou a hora de parar com Angra 3 e dar como perdido o investimento feito? Ainda serão necessários mais R\$ 2 bilhões por ano para que a usina fique pronta sabe-se lá quando, em 2021 para frente — questionou.

Com outras fontes mais eficientes, baratas e seguras, está mais do que na hora de se perguntar se um erro que começou no governo militar, que enterrou bilhões em má gestão e corrupção, deve continuar consumindo recursos públicos.

Há muito o que discutir na energia, e há vários curtos-circuitos a desarmar. Se por um lado existem velhos passivos e dilemas, houve também um crescimento importante das novas fontes renováveis, principalmente eólica e solar. A eólica é uma realidade no Nordeste e o aumento da fonte fotovoltaica tem superado todas as expectativas. O governo que assumir terá que equacionar as confusões que ainda não foram resolvidas e ao mesmo tempo pensar no crescimento da oferta de energia no país.

VEÍCULO: O Globo

Data: 06/09/2018

Seção: Economia

Autor:

Título: Aos números

Opinião do Globo

QUEM DEFENDE subsídio não costuma se preocupar em saber quanto custa. Pois agora, com o encarecimento da conta de luz, há a oportunidade de se entender que este custo, cedo ou tarde, chega à população. Nem que seja na forma de inflação.

NO CASO da energia, acaba de ser aprovado um encargo adicional aos consumidores de R\$ 1,9 bilhão, em boa medida devido aos prejuízos crônicos de distribuidoras da Eletrobras no Norte e Nordeste, que a estatal tem passado adiante.

MESMO ASSIM, há oposição política às privatizações. Claro, de quem se beneficia pessoalmente dessas empresas como cabides de emprego e geradoras de oportunidades de "negócios".

VEÍCULO: O Globo**Data: 06/09/2018****Seção: Economia****Autor: Geralda Doca Brasília****Título: Setor produtivo volta ao STF após reajuste da tabela do frete**

Objetivo é reforçar ações contra a política de preços que aguardam julgamento na Corte

O setor produtivo reagiu ontem à decisão da Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT) de corrigir em 5%, em média, a tabela do frete do transporte rodoviário para incorporar um aumento dos preços do diesel no país. O tabelamento —que foi parte das medidas prometidas pelo governo para acabar com a greve dos caminhoneiros — já vem sendo alvo de questionamentos na Justiça.

O percentual de reajuste varia de 1,66% a 6,24%, dependendo do tipo de carga e da distância per corrida. Assim que tomou conhecimento do aumento, a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) apresentou ao Supremo Tribunal Federal (STF) projeções sobre o impacto da tabela para o setor agropecuário. A ideia foi reforçar as ações contra o tabelamento que estão à espera de julgamento na Corte. Os empresários alegam que a lei que instituiu uma política de preços mínimos no país é inconstitucional, porque fere a livre iniciativa, além de elevar os custos da produção.

Já a Confederação Nacional da Indústria (CNI) argumentou que o reajuste da tabela prejudica ainda mais o crescimento da economia e eleva os custos para o setor industrial. Antes do reajuste, diz o texto da CNI, o impacto para a indústria já era de 12%.

De acordo com a lei que criou a tabela do frete, ela precisa ser corrigida quando houver oscilação de 10% no preço do óleo diesel no mercado nacional, para cima ou para baixo. Na última sexta-feira, o preço médio do diesel nas refinarias da Petrobras subiu 13,03%.

O Senado aprovou ontem, em votação simbólica, a medida provisória (MP) 838, que criou um programa de subvenção do diesel —outra promessa do governo para acabar com a greve dos caminhoneiros. A matéria já foi aprovada pela Câmara e seguirá, agora, para sanção presidencial.

MP RURAL: IMPACTO DE R\$ 5 BI

Em outra frente, a equipe econômica informou que o impacto da MP 842, aprovada na terça-feira pela Câmara e que trata da renegociação de dívidas dos produtores rurais, terá impacto de R\$5,271 bilhões nas contas públicas. O montante é muito superior ao reservado para a renúncia fiscal no orçamento federal, que é R\$ 1,579 bilhão. Durante a tramitação da proposta, os parlamentares ampliaram o universo de beneficiados e o prazo para adesão ao parcelamento. A MP ainda precisa passar pelo Senado e deve ser votada em outubro, logo após o primeiro turno das eleições.

O texto original restringia a renegociação dos débitos aos agricultores familiares do Norte e Nordeste e fixava o prazo limite para refinaranciar os débitos em 30 de outubro. Com as mudanças feitas pelos parlamentares, foram incluídos agricultores das demais regiões do país, e o prazo para adesão ao parcelamento foi ampliado para 31 de dezembro.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 06/09/2018

Seção: Colunas

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Furnas investirá R\$ 510 milhões para modernizar transmissão em SP

Mercado Aberto

Furnas, uma subsidiária da Eletrobras, investirá R\$ 510 milhões para implementar melhorias nos seus ativos de transmissão que atravessam o estado de São Paulo.

"O principal tronco é o que sai de Itaipu. Temos cinco linhas que passam pelas subestações de Ibiúna (SP) e Tijuco Preto (em Mogi das Cruzes, SP)", diz o superintendente projetos Ronaldo Neder.

Os aportes vão acontecer ao longo dos próximos quatro anos, e serão majoritariamente em subestações.

"Precisamos adicionar equipamentos mais robustos, pois houve um aumento da potência transmitida."

Parte do dinheiro também vai para linhas secundárias que permitam um caminho alternativo para a energia, caso haja falha nos principais.

Não se trata de uma modernização de emergência, segundo Neder, mas, sim, uma substituição planejada que foi compactuada com a Empresa de Pesquisa Energética e com a Aneel.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 06/09/2018****Seção: Mercado****Autor: Laís Alegretti****Título: Tabela do frete sobe em média 3% após aumento no preço do diesel**

Com a publicação do reajuste, nesta quarta-feira, empresários voltam a criticar medida

Brasília- A tabela de preços mínimos de fretes, em vigor para atender demandas dos caminhoneiros após a paralisação de maio, foi reajustada pela ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) nesta quarta-feira (5).

A alta média será de 3%, abaixo dos 5% previstos inicialmente pela agência. O reajuste varia de 1,66% a 6,24%, dependendo do tipo de carga e da distância percorrida.

A alteração ocorre após a alta do preço do diesel, que foi entre 10,5% e 14,4%, após a disparada do dólar nas últimas semanas.

Com o aumento, os preços de venda do combustível por refinarias se aproximam do valor cobrado pela Petrobras antes dos protestos nas estradas.

A ANTT já havia informado, no último fim de semana, que ajustaria a tabela devido à variação no preço do combustível, de acordo com a lei que determina correção de preços sempre que oscilação no preço do óleo diesel for acima de 10%.

O órgão divulgou nota após a circulação de mensagens que diziam que os caminhoneiros poderiam fazer nova paralisação.

A Polícia Federal vai investigar mensagens com informações falsas sobre suposta paralisação de caminhoneiros que circulam pelo WhatsApp desde a madrugada desta segunda-feira (3), segundo o Ministério da Segurança Pública.

Entidades do setor empresarial criticaram o reajuste dos preços mínimos. Em nota, a CNI (Confederação Nacional da Indústria) afirmou que a decisão da ANTT "prejudica o crescimento da economia e agrava as incertezas já existentes".

A CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil) diz que pedirá mais uma vez ao STF (Supremo Tribunal Federal) a suspensão do tabelamento de fretes.

Já a Abcam (Associação Brasileira dos Caminhoneiros) divulgou afirmou ver "com preocupação a demora na criação de uma nova tabela mínima de frete" e negou que haja movimentação para novos bloqueios nas estradas.

Segundo a entidade, a tabela divulgada pela ANTT representa apenas uma atualização de preços, e não uma nova tabela.

A Abcam argumenta que a regra atual não contempla correção dos valores entre os tipos de cargas, os caminhões de todos os eixos e índices regionais.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 06/09/2018

Seção: Mercado

Autor: Bernardo Caram

Título: Senado aprova MP que mantém desconto do diesel

Brasília- O Senado aprovou nesta quarta a medida provisória (MP) que trata do subsídio ao diesel e mantém o desconto sobre o combustível até o final deste ano. Já aprovado pela Câmara, o texto segue para a sanção presidencial.

Por se tratar de medida provisória, o projeto já estava valendo desde a apresentação pelo governo, em maio, mas dependia da aprovação da Câmara e do Senado para continuar em vigor.

Pelo texto aprovado, cada litro de diesel tem subsídio de R\$ 0,30 do governo até o dia 31 de dezembro. A medida deve custar R\$ 9,5 bilhões aos cofres públicos.

O intuito da proposta foi de baixar o preço do combustível nos postos. A subvenção foi instituída após paralisação de caminhoneiros em maio.

Em meio a um novo rumor de paralisação da categoria, o governo e o Congresso correram para aprovar nesta semana a medida, que perderia a validade em 10 de outubro.

Com atividades paralisadas há quase um mês por causa da campanha eleitoral, Câmara e Senado retomaram os trabalhos nesta semana para a votação de projetos.

Novas sessões de plenário só serão feitas novamente a partir de 9 de outubro, depois do primeiro turno das eleições.

No Senado, o projeto foi aprovado em rápida votação simbólica —sem registro nominal dos votos.

No texto aprovado pelo Congresso, foi incorporado o detalhamento de que o benefício será concedido apenas ao diesel rodoviário. Na primeira MP, a falta de especificação gerou interpretações de que o subsídio poderia ser dado, por exemplo, ao diesel marítimo.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 06/09/2018

Seção: Mercado

Autor: Tais Hirata

Título: Energia deixa passivo de R\$ 88 bi para 2019

Associação alerta que novo presidente pode herdar custos extras com privatização da Eletrobras e obras de Angra 3

São Paulo- A conta de luz do consumidor pode ter que arcar com um aumento de até R\$ 88 bilhões no próximo ano, segundo cálculo da Abrace (associação que reúne grandes consumidores de energia, como indústrias).

O valor estimado é fruto de esqueletos da privatização da Eletrobras, obras da usina nuclear de Angra 3, entre outras pendências que, podem ir parar na tarifa de energia.

O projeto de lei que hoje tramita no Senado Federal e que busca transferir débitos das distribuidoras da estatal à conta de luz pode impactar a conta em R\$ 5 bilhões.

Além disso, a estatal cobra que a União arque com os custos das distribuidoras durante o período em que operam como designadas — uma extensão temporária das concessões enquanto as empresas não são vendidas. O valor somaria R\$ 11 bilhões.

"Somos favoráveis à privatização, o que nos preocupa são os custos", diz o presidente da associação, Edvaldo Santana.

Além disso, há gastos com as obras da usina de Angra 3, que estão paradas. A entidade calcula R\$ 15 bilhões já gastos, que podem ir para a conta de luz, e outros R\$ 17 bilhões necessários para concluir a obra.

"Não faz sentido, por mais que energia nuclear seja oportuna. O dinheiro precisa ser considerado como perda. Por que o consumidor sempre precisa pagar pelas perdas?" Há também débitos relativos ao acionamento de usinas térmicas em períodos de seca, em que a geração hidrelétrica diminui. Esses

gastos são ressarcidos pelas chamadas bandeiras tarifárias (adicionais na conta de luz), mas estas não têm sido suficientes para cobrir os custos.

"Mais da metade [dos gastos transferidos à conta de luz] pode ser reduzido sem grande esforço, só com um pouco de racionalidade. Mas, só se não deixar crescer, já é coisa para caramba."

Entre as propostas que a entidade apresentou a candidatos à presidência, em um evento realizado nesta quarta (5), em São Paulo, estão a redução em intervenções do governo no setor elétrico e o corte de subsídios, como aqueles dados a fontes renováveis.

Santana chama a atenção à escalada de custos com o combustível utilizado por usinas térmicas em regiões isoladas, onde não há linhas de transmissão que possam mandar energia de outras usinas do país. Esse gasto, que é um dos que mais pesa na conta de luz, mais do que dobrou desde 2011, diz ele.

O evento ocorre um dia após o anúncio do aumento dos recursos destinados à geração em Roraima, para blindar o estado, que depende em grande parte de importações de energia da Venezuela, de riscos de abastecimento devido à crise do país vizinho. Essa alta deve impactar a conta de luz em 1,6% nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul e em 0,31% no Norte e Nordeste.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 06/09/2018

Seção: Mercado

Autor: Bernardo Caram

Título: Projeto da Eletrobras fica pronto para votação no Senado

Brasília- O projeto de lei que viabiliza a venda de distribuidoras da Eletrobras foi aprovado em mais uma comissão do Senado nesta quarta (5) e está pronto para análise do plenário da Casa. A votação está prevista para depois das eleições, no dia 9 de outubro.

A matéria foi aprovada em julho pela Câmara e precisa passar pelo Senado antes de ser enviada à sanção do presidente Michel Temer.

O projeto equaciona pendências judiciais e débitos das distribuidoras, o que facilita a atração de investidores para que sejam vendidas.

O objetivo do governo é privatizar as distribuidoras controladas pela estatal em seis estados. As companhias do Piauí, Acre, Rondônia e Roraima já foram leiloadas. Ainda resta a venda das distribuidoras de Alagoas e do Amazonas.

Nesta quarta, a CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) aprovou parecer favorável à proposta, que já passou por outras comissões.

Em uma delas, a de infra-estrutura, o texto foi alterado pelo relator Eduardo Braga (MDB-AM), que propôs excluir a distribuidora do Amazonas das privatizações. O leilão da empresa está agendado para 26 de setembro.

Os relatórios das comissões seguem para o plenário, onde os senadores vão decidir qual versão do texto será aprovada. Se for alterado, o projeto volta para análise da Câmara.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 06/09/2018

Seção: Colunas

Autor: Andreza Matais

Título: » Contra o tempo.

Coluna do Estadão

A construção do Linhão para ligar RR à produção de energia do resto do País deve começar em março de 2019. O general Luna e Silva (Defesa) foi à região buscar um acordo com os índios. A obra passa por uma aldeia.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 06/09/2018

Seção: Colunas

Autor: Sonia Racy

Título: Luz brilhante

Direto da Fonte

Além do aumento da conta de luz que virá com os novos encargos – no valor de R\$ 1,9 bi – que a Aneel aprovou e divulgou na terça-feira, vem mais má notícia por aí. Segundo apurou a coluna com fonte do Planalto, haverá outra conta, estimada em R\$ 1,4 bi, para o ano que vem. Será para bancar a operação de térmicas para abastecer o Estado de Roraima em 2019.

Luz 2

Procurada, a Aneel disse que "não há essa discussão agora" e que os valores da Conta de Desenvolvimento Energético para 2019 só serão tratados a partir do fim de novembro".

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 06/09/2018

Seção: Colunas

Autor: Zeina Latif

Título: Casamento de conveniência?

É notável a divergência entre os discursos de Jair Bolsonaro e Paulo Guedes. O que Guedes propõe não pode ser chamado de programa de governo, e tampouco caracterizado como ambicioso, pois estabelece metas sem considerar as várias dificuldades para sua execução. Não são críveis suas promessas de amplo programa de privatização e de venda de imóveis da União; eliminação do déficit orçamentário em 2019; e reforma da Previdência com implementação do regime de capitalização.

Há mérito em trazer esses temas para o debate. No entanto, o próprio Bolsonaro trata de atenuar e até negar pontos da agenda, por serem politicamente inviáveis. O candidato afirma que as privatizações serão apenas das empresas criadas pelo PT (este não deveria ser o critério) e a reforma da Previdência será gradual e com foco nos servidores públicos. As propostas de Guedes são inviáveis também do ponto de vista econômico. Chegamos a um ponto em que as privatizações se tornaram essenciais para reduzir o risco fiscal e recuperar a capacidade de investimento. A Eletrobrás é o caso mais visível.

No entanto, as 144 estatais têm realidades muito diferentes. A análise terá que ser caso a caso. Algumas empresas deveriam ser liquidadas, como foi a Indústria Carboquímica Catarinense em 2017; outras não são passíveis de privatização, por atuarem em áreas que não atraem o investimento privado, como a Embrapa; outras necessitam de engenharia para lá de engenhosa para atrair interessados, como os Correios; outras demandam tratamento anterior das empresas subsidiárias, como a Petrobrás (38) e a Eletrobrás (37), além de devido cuidado com os marcos regulatórios, o que também vale para Banco do Brasil e Caixa.

São várias as partes envolvidas que podem dificultar a agenda do presidente, mesmo no Executivo, como, por exemplo, na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Há processos que dependem do Congresso e há muito espaço para judicialização, por conta de resistências corporativas. Um exemplo são as liminares contra o leilão de distribuidoras da Eletrobras. É preciso também

considerar o Tribunal de Contas da União. Não é uma agenda que se resolve rapidamente. E não há como chegar na marca de R\$ 1 trilhão estimados. Vale citar que o valor de mercado das principais estatais listadas em bolsa estava em R\$ 430 bilhões ao final de junho, sendo a participação da União em torno de R\$140 bilhões.

Dificuldades da mesma natureza esbarram na meta de obter R\$ 1 trilhão na venda de imóveis da União. Segundo o relatório da Instituição Fiscal Independente, o estoque de imóveis da União é de pouco mais de R\$ 1 trilhão. Mesmo o valor sendo subestimado, monetizá-lo é outra história.

Primeiro, a cifra inclui imóveis que não seriam passíveis de venda, como os essenciais ao funcionamento da máquina pública, os parques, as reservas e as fazendas de uso educacional, para citar alguns. Segundo, há várias etapas e muita burocracia envolvida para chegar ao que é possível vender e como fazê-lo. Terceiro, não é fácil encontrar compradores dispostos a enfrentar as dificuldades para adquirir e reformar imóveis tombados pelo patrimônio histórico. Um exemplo é o antigo edifício da Polícia Federal em São Paulo, que pegou fogo e desabou este ano. O governo federal tentou vendê-lo em 2015 por R\$ 21 milhões. Não houve interessados.

As contas para zerar o déficit público em 2019 não fecham, e requerem medidas que dependem de aprovação do Congresso, sendo algumas constitucionais. Quando questionado sobre as dificuldades para implementar suas propostas, Guedes defende um meio do caminho entre seu programa e o de Bolsonaro. Muito confuso.

Bolsonaro é o primeiro colocado nas pesquisas e, mesmo assim, é o candidato que menos se manifesta sobre política econômica. Quando o faz, expõe as divergências com seu guru e fiador. Será mesmo que Guedes será o ministro da Fazenda de Bolsonaro?

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 06/09/2018

Seção: Economia

Autor: Lu Aiko Otta Luci Ribeiro / Letícia Pakulski / BRASÍLIA

Título: Setor produtivo critica reajuste de 5% no frete

Tabela foi corrigida para compensar alta de 13% no preço do diesel; caminhoneiros ainda reclamam da falta de fiscalização pela ANTT

O governo corrigiu a tabela de preços mínimos do frete rodoviário em 5% na média, conforme antecipado ontem pelo "Estado". O reajuste, motivado pela

alta de 13% no preço do óleo diesel anunciado na semana passada, agrava o problema de aumento de custos com transporte, afirmam entidades representativas das empresas. Por isso, elas prometem intensificar a pressão para que o Supremo Tribunal Federal (STF) decida logo pela inconstitucionalidade da medida.

Ontem mesmo, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) pretendia protocolar um reforço à ação de inconstitucionalidade que já está na corte aguardando decisão. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) divulgou nota em que diz esperar uma decisão célere da Justiça.

Do ponto de vista das empresas, o reajuste agrava um quadro que já era ruim. A Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec) elevou de US\$ 4 bilhões para US\$ 5 bilhões sua previsão de custo extra com frete para escoar a safra de soja e milho em 2019. "Não tem como produtor nem exportador absorverem isso", diz o diretor-geral da Anec, Sérgio Mendes.

Novos cálculos da CNA mostram que o custo de transporte da soja entre Sorriso (MT) e o porto de Santos (SP) ficou 57% maior do que antes do tabelamento. Se, além disso, for necessário pagar o retorno do caminhão, o aumento é de 204%. Para o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Óleos Vegetais (Abiove), André Nassar, a correção da tabela passou por cima de questões técnicas e jurídicas. "Foi uma decisão política", afirmou. "Tememos que esse comportamento do governo se torne padrão."

Por decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux, todas as discussões judiciais sobre a tabela do frete estão suspensas até que haja uma decisão quanto à constitucionalidade da medida. Entre os caminhoneiros, a tabela foi recebida como uma simples atualização devida pelo governo, que não afasta outras preocupações da categoria. "É o que precisava ser feito", diz o presidente do Sindicato dos Transportadores Autônomos de Carga (Sinditac) de Ponta Grossa, Neori "Tigrão" Leobet.

No entanto, a falta de informação quanto às fiscalizações ainda causa tensão. O líder Wallace Landim, o "Chorão", disse que está mantida a manifestação no dia 12 em frente à sede da ANTT, para pressionar pela atuação dos fiscais pelo descumprimento da tabela.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 06/09/2018

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes / RIO

Título: Produção de petróleo recua ao nível de 2016

Declínio de campos maduros na Bacia de Santos é um dos fatores do fraco desempenho

A produção de petróleo da Petrobrás retrocedeu ao patamar de dois anos atrás. Em julho, foram extraídos 2 milhões de barris por dia (bpd), último dado divulgado pela empresa. O volume é o mesmo dos primeiros meses de 2016, ano em que, em dezembro, a extração chegou a atingir o pico de 2,3 milhões de bpd. Na prática, é como se duas plataformas tivessem sido retiradas do sistema de produção da companhia desde então.

O desempenho da Petrobrás vinha em trajetória ascendente até janeiro de 2017, quando começou a cair. Ao longo dos últimos 19 meses, em apenas quatro – maio, junho e setembro do ano passado e abril deste ano – a empresa registrou crescimento em comparação com o mês imediatamente anterior. Grande parte dessa perda aconteceu na Bacia de Campos, onde campos gigantes entraram em fase de declínio. Como a queda dessas áreas ainda supera os ganhos da empresa nos reservatórios do pré-sal, o saldo operacional tem sido negativo.

Na Bacia de Campos, o encolhimento foi de 363 mil bpd, comparando dezembro de 2016, nos melhores momentos da petroleira, com julho deste ano, segundo dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). A queda equivale a quase 20% da atual produção da estatal, "um declínio maior do que o esperado", segundo o consultor e ex-diretor geral da agência reguladora David Zylbersztajn.

Prejuízos. Edmar Almeida, professor do Grupo de Economia da Energia (GEE), da UFRJ, diz que esse não é o melhor cenário para a Petrobrás, mas que não chega a provocar prejuízos financeiros porque a queda de volume tem sido compensada pela alta da cotação do petróleo no mercado internacional.

Além do declínio dos campos maduros da Bacia de Campos, outros fatores contribuíram para a piora do desempenho do segmento de exploração e produção da Petrobrás nos últimos meses. Zylbersztajn fala em transformações estruturais, relacionadas à estratégia recente, como a venda de participações em campos produtores. É o caso de Roncador, repassado em parte à norueguesa Equinor; e Lapa, à Total. "As vendas se concentraram nos ativos em produção, e isso tem efeitos no resultado operacional", destacou.

A meta de produção do ano de todo o conjunto de campos, de 2,1 mil bpd em média, está mantida e, segundo a empresa, deverá ser alcançada.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 06/09/2018****Seção: Economia****Autor:****Título: Parada é planejada, afirma Petrobrás**

Comunicados divulgados pela Petrobrás mensalmente informam que, mesmo no campo de Lula, no pré-sal da Bacia de Santos, o maior produtor nacional, ocorreram sucessivas paradas para manutenção de plataformas. Apenas em 2018, foram cinco episódios, envolvendo três plataformas. Uma delas – a Cidade de Angra dos Reis – apresentou problema por três meses consecutivos. A Petrobrás, em resposta ao "Estado/Broadcast", afirmou que "as paradas para manutenção fazem parte da rotina operacional e estão sendo executadas conforme o planejado".

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 06/09/2018****Seção: Economia****Autor:****Título: Reajuste do frete desagrada**

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) publicou ontem, no Diário Oficial da União (DOU), nova tabela com preços mínimos de frete rodoviário. O texto altera a primeira, editada em 30 de maio dentro do pacote negociado pelo governo com os caminhoneiros para acabar com a greve da categoria. Os preços sofreram um reajuste médio de 5% para acomodar a alta de 13% no óleo diesel anunciada semana passada. O aumento não é linear e varia de acordo com o tipo de carga e da distância.

Em nota, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) considerou que o aumento "prejudica ainda mais o crescimento da economia e agrava as incertezas já existentes". Antes do reajuste, as indústrias já indicavam um aumento médio de 12% no custo do frete de suas mercadorias. "O tabelamento do frete é medida equivocada e simplista, que não soluciona o problema do transporte rodoviário do país nem dos caminhoneiros, agrava os problemas da indústria e pune todos os consumidores brasileiros", afirmou o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade.

A entidade critica ainda o fato de o ajuste nos preços dos fretes ter se baseado apenas no anúncio do aumento dos preços de diesel nas refinarias, antes

mesmo dos preços chegarem nas bombas de combustível ou afetar o custo dos transportadores.

Para a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a nova tabela vai trazer ainda mais prejuízos e insegurança jurídica ao setor agropecuário e à sociedade. A entidade vai entrar com um novo pedido no Supremo Tribunal Federal (STF) para suspender os reajustes e pedir agilidade no julgamento das ações que contestam a medida.

“Nenhum índice de inflação teria um reajuste tão alto. E o produtor não tem seus produtos reajustados dessa maneira. Os produtos do agro, quando exportados, têm seus preços estipulados pelas bolsas de valores internacionais”, explicou Elisangela Pereira Lopes, assessora técnica da Comissão Nacional de Infraestrutura e Logística da CNA.

A correção foi discutida, na terça-feira, em reunião da diretoria da ANTT, que também analisou formas de acelerar a fiscalização do cumprimento da tabela do frete, outra reivindicação dos caminhoneiros. A correção dos preços deve ser feita pela agência sempre que o valor do óleo diesel tiver oscilação superior a 10%.

As medidas ganharam tom de emergência depois que, no último fim de semana, circularam boatos sobre uma nova paralisação dos caminhoneiros. A sinalização de que a tabela seria corrigida rapidamente serviu para conter a mobilização.

Caminhoneiros alertam

O reajuste da tabela do frete foi recebido entre os caminhoneiros como uma simples atualização devida pelo governo, que não afasta outras preocupações da categoria. Em nota, a Associação Brasileira dos Caminhoneiros (Abcam) classificou a medida como apenas uma atualização. No entanto, a falta de informação quanto às fiscalizações ainda causa tensão. O líder Wallace Landim, o Chorão, disse que está mantida a manifestação marcada para o próximo dia 12, em frente à sede da ANTT, para pressionar os fiscais a atuarem contra o descumprimento da tabela. A Abcam informou que há preocupação com a demora na publicação de uma nova tabela “condizente com a realidade do transportador autônomo de cargas”, o que pode levar a uma “estagnação” na contratação de serviços, “já que a atual tabela beneficia apenas as empresas de transporte”.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data:** 06/09/2018**Seção:** Opinião**Autor:****Título:** Subsídios inaceitáveis

Visão do Correio

O Brasil precisa rever, com máxima urgência, a política de subsídios concedidos ao setor privado. Pesa sobre os ombros do contribuinte brasileiro uma das mais elevadas cargas tributárias do planeta, sem que haja a correspondente contrapartida do Estado na prestação dos serviços essenciais sob sua responsabilidade. A projeção é de que a fatura dos subsídios chegue a R\$ 306,4 bilhões em 2019, o equivalente a 5% do Produto Interno Bruto (PIB). Não há registro no mundo civilizado de países que concedam tantas benesses.

Parte dessa conta está sendo paga duas vezes pelos contribuintes. Primeiro, por meio de impostos abusivos. Segundo, por intermédio da conta de luz. A cada buraco que se abre no sistema de energia elétrica, o jeito é transferir a fatura para o lado mais fraco da cadeia, a população. Desde 2014, os brasileiros já pagaram — a maioria, sem saber — R\$ 70 bilhões em valores embutidos na tarifa mensal de eletricidade. Ou seja, mais que o dobro do investido pela União (R\$ 30 bilhões) na construção da polêmica hidrelétrica de Belo Monte, no Pará.

Essa quantia, no entanto, foi insuficiente para suprir o caixa das empresas distribuidoras. Assim, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou, na terça-feira, mais um aumento de R\$ 1,9 bilhão nos encargos do setor, o que elevará de R\$ 16 bilhões para R\$ 17,9 bilhões o valor a ser rateado entre os trabalhadores neste ano. A justificativa foi a frustração na privatização de estatais do sistema Eletrobras. O fracasso das empresas está diretamente relacionado à gestão, ao uso político dos cargos para atender interesses dissociados da necessidade real da população.

Pouco depois de tomar posse, a então presidente Dilma Rousseff impôs uma redução de 20% na tarifa ao consumidor, com a promessa demagógica de que esse processo seria sustentável. Em pouco tempo, a petista teve de voltar atrás, pois os subsídios para manter a eletricidade mais barata resultaram em um rombo monstruoso no setor elétrico. O jeito foi chamar os brasileiros para cobrir o custo das estripulias de Dilma. O buraco foi tão grande, que até hoje se cobra dos trabalhadores os efeitos da pirotecnia política, cujo objetivo não era outro senão a recondução da presidente ao Palácio do Planalto. Mas, não só isso: a falta de profissionalismo na administração das estatais é ato recorrente,

e vem despedaçando o Estado brasileiro.

Deputados e senadores, alheios ao interesses da população, postergam decisões, como a aprovação do marco legal à privatização de empresas do setor elétrico. No momento pré-eleitoral, os parlamentares não trabalham, pois estão com as atenções voltadas para os eleitores, na construção de discursos e promessas que nunca se cumprirão. Enquanto isso, companhias deficitárias avançam sobre o bolso dos brasileiros.

O Instituto Acende Brasil alerta que há muito passou da hora de a Aneel rever o orçamento da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), principal fundo do setor, que subsidia as tarifas e o incremento de fontes alternativas, como a eólica e a solar. Avalia a instituição que essas matrizes energéticas estão maduras o suficiente para arcar com os próprios custos. O que está evidente, num país com mais de 13 milhões de desempregados, é que não cabe mais empurrar para o bolso dos brasileiros os gastos com o sistema de energia elétrico. Hoje, a Aneel atua muito mais em defesa das empresas do que na salvaguarda dos interesses e direitos dos consumidores.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/09/2018

Seção: Brasil

Autor: Fábio Pupo | De Brasília

Título: Lucro de estatais cresce, e Tesouro recebe R\$ 5,7 bi

As principais estatais do país registraram no primeiro semestre resultado líquido somado de R\$ 37,3 bilhões - avanço de 136% na comparação com o mesmo período do ano passado. A melhora deve impulsionar o pagamento de dividendos à União e ajudar a amenizar o rombo das contas públicas. Caso confirmadas as projeções do governo, a receita do Tesouro Nacional, com estatais, devem alcançar o maior nível em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) em três anos.

Os números devem assegurar a elevação nos pagamentos ao Tesouro Nacional neste ano. As estatais já pagaram R\$ 5,7 bilhões em dividendos e participações à União em 2018, o que representa aumento real de 27% em relação ao mesmo período do ano passado. Para o ano todo, o governo já ampliou em 10,6% sua estimativa de receitas com as empresas devido aos balanços publicados, além das mudanças na política de dividendos da Petrobras (de anual para trimestral) e da ampliação de pagamentos no caso do Banco do Brasil (de ao menos 25% para um intervalo entre 30% e 40% do lucro líquido). A projeção atual é receber

R\$ 7,9 bilhões das estatais de janeiro a dezembro de 2018, o que representaria 0,11% do PIB. É o maior patamar em três anos.

Membros da equipe econômica avaliam que cada empresa tem uma justificativa diferente para as melhoras registradas. Mesmo assim, afirmam haver "clara orientação" para estatais produzirem resultados financeiros melhores por meio de diferentes medidas, como economia de custos. Segundo eles, essa diretriz se "impregnou" nas empresas, que têm continuado a fazer esforços para reduzir despesas, criar programas de demissão voluntária e até levantar recursos via venda de ativos.

A principal melhoria vem da Petrobras, cujo lucro de R\$ 17 bilhões na metade do ano representa avanço de 257% em relação a igual período de 2017. Esse desempenho já está sendo distribuído aos acionistas - entre eles, a União, controladora da empresa.

Em maio e em agosto, a petroleira distribuiu remunerações que somam R\$ 1,3 bilhão. Os dividendos voltam a ser pagos após paralisação de quatro anos.

Entre as principais causas para o incremento do último resultado da Petrobras está o aumento da cotação do barril, associado à desvalorização do real frente ao dólar. De acordo com a administração da empresa, isso gerou maiores margens nas exportações de petróleo e nas vendas de derivados no Brasil. Outros motivos elencados foram a redução dos custos com juros, devido à diminuição do endividamento e menores despesas gerais.

Por meio da assessoria de imprensa, a Petrobras afirmou que nos próximos trimestres, dependendo do resultado, o conselho de administração pode aprovar outros pagamentos - conforme estabelecido na atual política de remuneração aos acionistas.

Mesmo desconsiderando o avanço da Petrobras, as estatais teriam resultado líquido de R\$ 20,2 bilhões no primeiro semestre. O número representa crescimento de 83% frente igual período do ano anterior, puxado pelo desempenho das instituições financeiras.

No caso do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por exemplo, houve lucro de R\$ 4,7 bilhões no primeiro semestre - um avanço de 254% em relação ao mesmo período de 2017. Boa parte do resultado foi explicado pela venda de participações em empresas.

De janeiro a junho, o banco levantou R\$ 2,28 bilhões a mais do que em igual período do ano passado com alienações de investimentos, depois de vender ações de Petrobras e Eletropaulo.

De acordo com a administração do banco, outro motivo para potencializar o resultado foi a redução da despesa com provisão para risco de crédito. Outras instituições financeiras também tiveram o resultado impulsionado pela diminuição das provisões, como Caixa e Banco do Brasil.

Em meio à melhora, os Correios ainda registram resultado negativo, com perda líquida de R\$ 120,4 milhões no primeiro semestre. Apesar disso, os números mostram que o prejuízo foi reduzido em 92% em relação a igual período de 2017.

A administração da estatal diz que, em razão dos resultados negativos nos últimos anos, a empresa tem adotado medidas para reverter "a difícil situação econômico-financeira em que se encontra". "Uma dessas medidas foi a revisão do planejamento estratégico, estabelecido para o período de 2017 a 2022, que tem por objetivo focar na melhoria da rentabilidade no curto prazo, por meio de iniciativas imediatas de redução de custo e melhoria na gestão", afirmou a administração em suas demonstrações trimestrais recentemente publicadas.

A melhora no câmputo geral das estatais tem levado a novos cálculos da equipe econômica para as contas públicas neste ano. Além do pagamento de dividendos, que impacta as contas do governo central (o que inclui Tesouro, Banco Central e Previdência), o desempenho de estatais contribui para o resultado do governo consolidado - que engloba também estatais (exceto Petrobras e Eletrobras), Estados e municípios.

O secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, afirmou na última semana que o resultado das estatais neste deve vir "bem melhor" que a meta de déficit de R\$ 3,5 bilhões, considerada "pessimista" por ele. Agora, diz, pode ocorrer um superávit de aproximadamente R\$ 5 bilhões nessa rubrica. "Era uma hipótese que levava em conta algum problema sério em estatais, o que não ocorreu. É bem possível que tenhamos um resultado de estatais R\$ 8,5 bilhões melhor que a meta", disse em entrevista à imprensa sobre o resultado primário.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/09/2018

Seção: Brasil

Autor: Ribamar Oliveira | De Brasília

Título: Capitalização das empresas federais terá R\$ 10 bi em 2019

O governo vai usar R\$ 10,1 bilhões para capitalizar empresas estatais federais no próximo ano, entre elas a Eletrobras, a Telebras e a Infraero.

A proposta orçamentária do próximo ano, enviada pelo governo ao Congresso na semana passada, prevê que a União vai usar R\$ 3,5 bilhões para capitalizar a Eletrobras. A Telebras terá R\$ 1 bilhão, e a Infraero, R\$ 987 milhões.

A União irá capitalizar também os Correios, com R\$ 350 milhões, a Emgepron, com R\$ 2,5 bilhões, as Docas, com R\$ 147,7 milhões, e a Petróleo Pré-Sal S.A. (PPSA, empresa da Petrobras para explorar os recursos do pré-sal), com apenas R\$ 3 milhões.

A Empresa Gerencial de Projetos Navais (Emgepron), é vinculada ao Ministério da Defesa por intermédio da Marinha.

Foi criada também uma reserva de R\$ 1,675 bilhão para fazer outras capitalizações, se necessário. Os recursos usados para capitalizar as estatais federais estão fora do teto de gastos da União, de acordo com a Emenda Constitucional 95/2016.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/09/2018

Seção: Brasil

Autor: Fabio Murakawa | De Brasília

Título: Plenário do Senado aprova MP do subsídio para óleo diesel

Em votação relâmpago, o plenário do Senado aprovou a Medida Provisória 838/2018 que determina o subsídio com recursos da União para reduzir o preço do óleo diesel rodoviário até 31 de dezembro deste ano. A MP foi uma das exigências feitas pelos caminhoneiros ao governo para encerrar a paralisação feita pela categoria em maio.

O texto foi aprovado em votação simbólica no plenário com pouco mais da metade dos senadores presentes. Ele determina que o total de recursos direcionado à subvenção será de R\$ 9,5 bilhões e que a subvenção será limitada a R\$ 0,30 por litro do combustível.

De acordo com a MP, será prerrogativa da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) estabelecer um preço de referência e um preço de comercialização para a distribuidora de forma regionalizada.

A matéria havia sido aprovada na Câmara na véspera. Na ocasião, o deputado Arnaldo Jardim (PPS-SP) incorporou o texto da MP 847/18, que corrigiu detalhes da MP 838/18, como a restrição do subsídio ao óleo diesel de uso rodoviário. Em sua primeira versão, a medida provisória permitia a incidência da subvenção

econômica também para o diesel marítimo e o usado na geração de energia elétrica e no transporte ferroviário.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/09/2018

Seção: Brasil

Autor: Ribamar Oliveira

Título: Mais de R\$ 100 bi ficaram fora do Orçamento

O presidente Michel Temer deixou um presente de fim de ano para o seu sucessor. A equipe econômica de Temer não incluiu mais de R\$ 100 bilhões na previsão de receita da União em 2019.

Ficaram fora do cálculo oficial a arrecadação com o leilão do petróleo excedente dos campos da cessão onerosa à Petrobras, que pode chegar a R\$ 100 bilhões, de acordo com projeção feita pelo **Ministério de Minas e Energia**, e a receita com a mudança no Imposto de Renda dos fundos de investimentos exclusivos, um montante de R\$ 10,8 bilhões.

Fontes da área econômica explicaram que essas receitas ficaram fora da previsão oficial porque o governo Temer preferiu ser conservador. As duas receitas ainda dependem da aprovação de projetos de lei que estão no Congresso e não há garantias de que eles sejam aprovados, principalmente em virtude da mudança de governo, argumentaram as fontes.

Pela regra do teto, dinheiro será usado para reduzir o déficit

O governo incluiu em sua previsão, no entanto, o valor do pagamento de outorga pelos novos contratos de concessão das usinas da Eletrobras cuja energia hoje é negociada no regime de cotas, estimado em R\$ 12,2 bilhões. A mudança de regime depende igualmente da aprovação pelo Congresso de um projeto de lei que permite a privatização da Eletrobras.

Os técnicos oficiais ouvidos pelo **Valor** explicaram que era importante incluir esta receita na proposta porque isso mostra a importância de aprovar o projeto para o futuro do setor elétrico brasileiro. A apreciação do projeto ficou para o próximo ano por decisão do próprio presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Em junho, os deputados aprovaram o projeto de lei com regras que tornam possível o acordo entre a Petrobras e a União, em torno da revisão do contrato da cessão onerosa de 5 bilhões de barris no pré-sal, firmado em 2010. O projeto

depende agora somente do Senado. Se ele for aprovado pelos senadores, a revisão será feita e o leilão do excedente da cessão onerosa poderá ser realizado.

O projeto que muda a tributação dos fundos de investimento exclusivos ainda não foi votado nem pela Câmara nem pelo Senado. No ano passado, o governo tentou alterar a tributação dos fundos por meio de medida provisória, mas ela terminou não sendo votada e perdeu validade. Por causa do princípio da anterioridade, o projeto precisa ser aprovado até o fim deste ano para entrar em vigor em 2019.

Um aspecto precisa ser destacado. O governo não poderia ter usado a montanha de dinheiro que será arrecadada com o leilão do excedente da cessão onerosa e com a tributação dos fundos exclusivos para aumentar os gastos da União em 2019, pois as despesas da proposta orçamentária já foram fixadas no teto, estipulado pela emenda constitucional 95/2016. Assim, a alternativa da área econômica teria sido usar a receita para reduzir o déficit primário do governo central (Tesouro, Previdência e Banco Central) para o próximo ano, cuja meta está fixada em R\$ 139 bilhões.

Com os recursos da cessão onerosa e da tributação dos fundos de investimentos exclusivos, a equipe econômica seria obrigada a reduzir o déficit do governo central, que ficaria muito pequeno - algo inferior a 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB). Com o superávit primário de R\$ 10,5 bilhões projetado para os Estados e os municípios no próximo ano e o superávit de R\$ 1,5 bilhão previsto para as estatais federais, é provável que as contas do setor público apresentariam, pela primeira vez desde 2013, uma situação de equilíbrio.

Um resultado como esse poderia dar a falsa impressão ao público menos informado de que os problemas fiscais estão resolvidos, não existindo mais necessidade de reformas, que reduzam o ritmo de crescimento das despesas obrigatórias. Não se deve esquecer que as receitas do leilão do excedente da cessão onerosa e da tributação do estoque dos fundos de investimento exclusivos só acontecerão uma única vez, ou seja, são receitas atípicas. Nada garante que o resultado fiscal obtido com elas vá se repetir nos anos seguintes.

O dinheiro deixado para o próximo governo será, é importante admitir, mais uma tentação para que o futuro presidente altere a regra do teto de gastos, que vem sendo bombardeada até mesmo pelo Judiciário. Se resolver utilizar as receitas para fazer novas despesas, como um grandioso programa de recuperação da infraestrutura do país, como alguns defendem, o futuro presidente terá que mudar a regra do teto de gastos. É uma tentação considerável.

Para muitos economistas, o mais adequado é utilizar os recursos para reduzir ou eliminar o déficit primário, melhorando, assim, as expectativas do mercado e preparando o terreno para uma retomada mais forte da economia. Manter o teto de gastos é considerado por esses economistas como fundamental para o reequilíbrio das finanças públicas. A decisão será tomada pelo próximo presidente.

A proposta orçamentária de 2019, enviada ao Congresso na semana passada, abre um precedente perigoso. Ela prevê, sob a forma de uma "reserva de contingência primária", uma dotação para pagar o aumento de 16,38% do subsídio de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), que reajusta os salários de todos os magistrados. Foi criada, igualmente, uma "reserva" para pagar o aumento de 16,38% nos salários dos procuradores do Ministério Público da União (MPU).

O problema é que o artigo 169 da Constituição estabelece, em seu parágrafo primeiro, que a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração de servidores da União só pode ser feita se houver autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A LDO para 2019 não tem autorização específica para a concessão de novos reajustes para servidores. A pergunta que se coloca é como foi criada um "reserva de contingência" na proposta orçamentária para, especificamente, pagar aumento salarial, se o reajuste não está autorizado na LDO? O mais impressionante é que o expediente foi usado nas dotações do STF e do MPU.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/09/2018

Seção: Brasil

Autor: Vandson Lima e Fabio Murakawa | De Brasília

Título: Para Braga, luz pode subir 40% no AM

Considerada uma das propostas prioritárias da reta final do atual governo, o projeto que destrava a venda de seis distribuidoras da Eletrobras vai a voto no plenário do Senado dia 9 de outubro, após o primeiro turno das eleições, com três relatórios e um racha no MDB, partido do presidente Michel Temer.

De um lado, os pareceres do líder interino do governo, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) e seu antecessor, Romero Jucá (MDB-RR), sem alterações em relação ao texto já aprovado na Câmara. Do outro, o ex-ministro de Minas e Energia Eduardo Braga (MDB-AM), que propõe retirar a Amazonas Energia do modelo de privatização proposto, sob a alegação de que os R\$ 9 bilhões de dívidas regulatórias pendentes acabarão sendo convertidos pela empresa compradora

em uma revisão tarifária, que pode encarecer a conta em até 40% para o consumidor amazonense.

A Amazonas Energia, segundo o ex-ministro (e candidato à reeleição no Senado pelo Estado), tem duas dívidas regulatórias, que somam R\$ 20 bilhões. O governo assumiu R\$ 11 bilhões, restando os R\$ 9 bilhões citados. "Se privatizar com esses R\$ 9 bilhões de dívidas, fatalmente haverá mais à frente um pedido da companhia vencedora de revisão tarifária extraordinária. E esses R\$ 9 bilhões serão transferidos para o consumidor do Amazonas", diz.

"Alguém acha mesmo que, se privatizarem nessa situação, como quer o governo, a empresa privada vai assumir essa conta e tirar do caixa dela? Por que? Para dar de presente ao Temer? Esqueça. Isso vai virar revisão tarifária e quem vai pagar é o consumidor. Privatizar a Amazonas Energia como está é um crime", afirma o ex-ministro do governo Dilma Rousseff.

Além disso, o ex-ministro estima que a empresa tem hoje 45% de perdas técnicas e comerciais. "Isso ocorre porque os investimentos feitos nos últimos 15 anos se referem à estrutura de alta tensão. Na baixa tensão, não há investimento há anos."

A empresa vencedora terá de investir aproximadamente R\$ 3 bilhões para reduzir a perda técnica à metade, estima o senador. "Isso também vai para a tarifa. Somando tudo, a privatização como está acarretará em algo em torno de 35% a 40% de reajuste", prevê Braga.

O perfil do consumidor do interior do Estado - de baixa tensão e baixo consumo - também acarretará em problemas com a privatização, conclui o ex-ministro. "Quem é, na iniciativa privada, que vai investir em um local assim? Mas é preciso considerar: essa é a área que abriga a maior biodiversidade do planeta. Isso faz parte do custo social do país. Não podemos simplesmente nos desvencilhar do problema."

O relatório do líder Bezerra Coelho e o de Braga haviam sido aprovados na terça-feira, nas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e Infraestrutura (CI). O de Jucá passou ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Por ter regime de urgência, a matéria tramitou nos três colegiados simultaneamente.

Braga conseguiu um acordo para adiar o leilão da Amazonas Energia, que estava marcado para o dia 26, para que não ocorra antes de o Senado concluir a análise da proposta. O governo, contudo, diz que não pretende retirar a distribuidora do rol das que serão privatizadas. A Companhia de Eletricidade do Acre (Eletroacre), as Centrais Elétricas de Rondônia (Ceron) e a Boa Vista Energia, que atende Roraima, já foram arrematadas em 30 de agosto. Em julho,

foi vendida a Companhia de Energia do Piauí (Cepisa), restando a Amazonas e a Companhia Energética de Alagoas (Ceal).

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/09/2018

Seção: Opinião

Autor: Cristiane Alkmin Schmidt

Título: Agências reguladoras e o TCU

A eficácia das agências reguladoras depende de estas serem independentes. Como não são, há insatisfação quanto à sua atuação. Por sua vez, em uma democracia que valoriza o Estado de Direito, órgãos de controle são essenciais, desde que não extrapolem sua zona de atuação. Se há problema no modus operandi das agências, que as respostas não sejam remendos que acarretem novas distorções.

Há que compreender as causas e, depois, desenhar soluções estruturais. Segue, assim, algumas reflexões para a Agenda 2019 Brasil + (análoga à Agenda BC+) da (o) presidente da República em 2019.

O diagnóstico é claro. Segundo O Globo (22/07, p.31), "agências reguladoras são feudos de indicações políticas, em que, no caso de oito delas, 35 dos 40 cargos de diretores foram preenchidos por apadrinhados". Por isso, a probabilidade desses indicados não conhecerem o assunto ou não terem as competências desejadas é elevada. Soma-se aí a situação de que, em muitos casos, os mandatos deixaram de ser não-coincidentes. Agrega-se a isso tentativas do Executivo de interferir nas decisões das agências, como foi a reativação do Consu (Conselho de Saúde Suplementar), uma aberração ao arcabouço teórico que um dia fora idealizado nos anos 90. Para completar, o orçamento tampouco é autônomo. O sonhado modelo teórico das agências e constado nas melhores jurisdições, destarte, não ocorre no Brasil.

Ideal é objetivar o perímetro de atuação do TCU para não criar insegurança jurídica e incentivos perversos

Como consequência, setores regulados - de vital importância - ficam à deriva de atuações apropriadas. Ruim para a produtividade do país, que patina nas falhas de mercado não solucionadas pelo Estado. É fato, consequentemente, que o arranjo atual precisa ser alterado, antes, aliás, que outras agências sejam criadas.

Não é à toa que, de acordo com **Valor** (23/08, p.A9), diversos candidatos à Presidência - de correntes ideológicas opostas - creem que as agências merecem atenção. Há o PL 6621 que, conquanto não seja o ideal, propõe melhoras ao status quo, logo, merece ser apoiado, como bem argumentam Kelvia Albuquerque e Marcelo Guarany's (Jota, 28 de agosto).

Neste cenário caótico, o TCU passou a agir. Recentemente multou em R\$ 30 mil três diretores da Antaq. Para este Tribunal, segundo o Acórdão 1704/2018, ainda que o TCU seja um órgão de segunda instância no mérito, tais diretores foram punidos por ações e omissões funcionais acerca de uma antiga contenda sobre certa taxa portuária. Independentemente do mérito sobre a taxa, sancionar pessoas físicas pode resultar em equilíbrio indesejável: menos pessoas qualificadas desejarem ocupar ditos cargos e aqueles que estão lá terem medo de inovar.

Além da CF 88, as competências ou atribuições do TCU estão dispostas na Lei nº 4.320/1964 (Disposições sobre Direito Financeiro), na Lei nº 8.666/1993 (Licitações e Contratos) e na Lei nº 101/2000 (Responsabilidade Fiscal). A ampla hermenêutica acerca da zona de atuação do TCU (o de garantir que o dinheiro público seja utilizado de forma eficiente atendendo aos interesses públicos), entretanto, é um obstáculo, dada a sua abrangência. O ideal, desta forma, é objetivar e estreitar o perímetro de atuação do TCU, para não criar insegurança jurídica e incentivos perversos.

A recente decisão do TCU levanta quatro questões: a primeira, se o TCU pode multar uma agência, se não houve uso indevido dos recursos públicos (no sentido estreito do conceito); a segunda, se pode multar diretores, considerando que as decisões são colegiadas na esfera administrativa; a terceira, se cabe ao TCU multar por procedimentos ou deveres funcionais que o TCU acha que estes deveriam ter feito; e a quarta, entender o que a sociedade espera dos órgãos de controles, especialmente a partir dos anos 90, quando a realidade passou a se distanciar daquela de 1988.

Sem dúvida o TCU está entoando o tema da forma que considera mais adequada, mas - para além de discutíveis - tais intervenções poderiam ser desnecessárias se o instituto da "indicação pelo Executivo e sabatina pelo Congresso" dos diretores das agências estivesse ocorrendo satisfatoriamente. Pelo visto, não é o caso.

Nem tudo está perdido, contudo. Há uma agenda propositiva a ser perquirida. Além da aprovação do PL 6621, da adequação dos desvios observados entre o modelo teórico das agências e a realidade, da proibição da interferência direta do Executivo na gestão das agências e de se ter um processo de indicação/sabatina com maior vigor; há, ainda, um quinto tópico a ser

implementado, com vias a ter um modelo mais efetivo de agências. Parafraseando e concordando com o TCU e com a ex-conselheira do Cade Ana Frazão (Jota, 22/08), os atos de uma agência precisam ser motivados, ou seja, seus diretores, ao optarem (ou não) por certas regras, precisam argumentar com eloquência sobre as suas escolhas. O óbice, pois, é que não há um Guia institucionalizado para balizar estas motivações.

Neste sentido, é imperante que o documento "Diretrizes Gerais e Guia Orientativo para Elaboração de Análise de Impacto Regulatório (AIR)" - coordenado pela Casa Civil e publicado em junho/18 - passe a ser de uso obrigatório de todas as agências. Este é um Guia para ajudar as agências no processo de tomada de decisão, propiciando precisão regulatória, coerência entre soluções e problemas diagnosticados e robustez técnica de cada escolha; gerando maior transparência e certeza jurídica. Seu conteúdo, destarte, tem o tom que o TCU corretamente evoca, pois, com o seu uso, o TCU terá uma ferramenta objetiva para multar uma agência (jamais seus diretores) acerca de procedimentos (não do mérito), se é que o TCU pode ou deve ir nesta vertente.

Se em 2019 esses cinco tópicos forem endereçados, a (o) próxima (o) presidente da República terá feito uma revolução institucional no país não vista antes, resgatando o desejado modelo teórico planejado dos anos 90. É uma agenda factível, parte da Agenda 2019 Brasil +.

Cristiane Alkmin J. Schmidt é doutora em economia pela EPGE/FGV. Ex - Secretária adjunta da Seae/MF, professora da FGV e conselheira do Cade. O texto diz respeito à opinião pessoal da autora e não institucional.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/09/2018

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Petroleiras buscam startups para entrar na indústria 4.0

A política de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) do setor de óleo e gás completa 20 anos em 2018, tendo gerado investimentos de R\$ 13,7 bilhões nesse período. Depois de investirem pesado em laboratórios e formação de recursos humanos pelo país afora, as petroleiras se preparam para um novo ciclo de investimentos, mais focado na inovação, em si. Para isso, as empresas se lançaram ao mercado atrás de startups que as ajudem a acelerar o passo rumo à revolução da indústria 4.0.

Em meio ao interesse, a Agência Nacional de Petróleo (ANP) prepara alguns ajustes no atual regulamento de PD&I, para simplificar as normas. As empresas, representadas pelo Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP), pedem a flexibilização das regras, para que uma fatia maior dos investimentos obrigatórios em PD&I seja destinada às startups.

A cláusula de pesquisa, desenvolvimento e inovação obriga os produtores de óleo e gás a investirem, em PD&I, 1% da receita bruta de seus campos mais rentáveis (aqueles que pagam participação especial). O secretário-geral do IBP, Milton Costa Filho, destaca, no entanto, que o regulamento traz algumas "amarras".

De acordo com as regras, pelo menos metade dos investimentos obrigatórios em PD&I deve ser direcionada para universidades e institutos de pesquisa credenciados. As petroleiras podem deslocar 30% desse compromisso obrigatório para empresas de base tecnológica, como startups, desde que elas estejam ligadas a essas universidades e centros de pesquisa.

"A indústria demanda que esses volumes de recursos sejam mais flexíveis. Num primeiro ciclo as startups eram empresas que ficavam mais próximas das incubadoras, mais próximas das universidades, mas o que vemos hoje é que muitas empresas aparecem fora desse ambientes", comenta.

O superintendente de pesquisa e desenvolvimento tecnológico da ANP, Alfredo Renault, explica que os investimentos obrigatórios em instituições credenciadas são inflexíveis, porque estão no contrato de concessão. Ele conta, no entanto, que a agência deve implementar este ano alguns ajustes para "desengessar" o regulamento e "aumentar o grau de liberdade das empresas" e reduzir a burocracia.

A ANP avalia, entre outras medidas, estimular que as petroleiras criem fundos para investimentos em startups.

"Temos o interesse de fortalecer [as startups]. Olhamos o PD&I como fator de competitividade. Não podemos imaginar que inovação resolverá o problema do custo Brasil como um todo, mas pode contribuir como peça chave para a competitividade, que é premissa da internacionalização [dos fornecedores]", disse.

A gerente de tecnologia e inovação do IBP, Melissa Fernandez, explica que a atenção das petroleiras tem se voltado para as startups porque o setor de óleo e gás despertou para a necessidade de acelerar seus investimentos na transformação digital.

"Observamos hoje um movimento das petroleiras de aplicar os recursos de PD&I no ciclo final da inovação, em empresas de base tecnológica. As startups conseguem trazer soluções e incorporá-las ao final da cadeia de forma mais rápida", disse.

Neste mês, startups e petroleiras se reúnem numa série de encontros de aproximação, no Rio de Janeiro. O IBP e a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), por exemplo, estão prospectando empresas de inovação que possam trazer soluções para o setor.

O gerente de investimentos da Apex-Brasil, Ricardo Santana, conta que 15 empresas serão selecionadas para uma rodada de interação com as petroleiras, durante a Rio Oil & Gas, neste mês. "As empresas procuram as startups para ganhos de competitividade de maneira ágil. Uma planta de pesquisa custa caro", comenta.

Outro movimento nessa direção será dado pela aceleradora portuguesa Fábrica de Startups, que conduzirá este mês um programa de ideação em parceria com a Petrobras. Serão recrutados 50 profissionais para um hackathon (maratona de inovação), entre os dias 20 e 27. O presidente da Fábrica de Startups do Brasil, Hector Gusmão, conta que a demanda do setor de óleo e gás por inovação tem mudado, com foco para a transformação digital e soluções da indústria 4.0.

"A demanda hoje é muito mais por soluções baseadas em dados, big data. As empresas produzem um volume de dados gigantesco e não utilizam tudo. E também há uma demanda por inteligência artificial", comenta.

Não à toa, a metade das 26 empresas incubadas no Parque Tecnológico da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) possui ligação com a indústria 4.0 e digitalização. Dentre elas está a Ares, que atua com realidade virtual e inteligência artificial. A startup desenvolveu para a Vale um sistema virtual de uma mina e aposta hoje no desenvolvimento de soluções de controle de processos para o setor de óleo e gás, por meio de IA.

"Antes só conseguíamos vislumbrar a Petrobras. Hoje há editais de inovação da Repsol, Shell...", afirma o sócio da startup, Carlos Carlim.

Outro exemplo é o da Kognitus, uma startup de análise e inteligência artificial que também está de olho nas necessidades do setor. A empresa está em negociação com uma petroleira para financiamento de um projeto em PD&I.

"Criamos a empresa entendendo que a transformação digital está atingindo em cheio a indústria de óleo e gás. Há hoje uma abertura maior desse setor para testar tecnologias novas, uma menor aversão ao risco", afirma o sócio Félix Gonçalves.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 06/09/2018**Seção:** Empresas**Autor:****Título:** Destaques

Alunorte assina TAC

Após seis meses de embargo que a obriga a produzir apenas metade de sua capacidade e sete meses depois que fortes chuvas trouxeram investigação sobre potencial vazamento de rejeitos e contaminação de solos e água, a refinaria de alumina Alunorte, do grupo norueguês Norsk Hydro, assinou um termo de ajuste de conduta (TAC) com os Ministérios Públicos Federal e Estadual e um termo de compromisso (TC) com o governo do Pará. Esses acordos são o primeiro passo para que o grupo possa novamente usar toda sua capacidade produtiva em Barcarena (PA). Não há prazo nem as próximas exigências a serem feitas para que isso ocorra, mas a companhia se mostra otimista de poder se livrar dessa proibição que vigora desde 1º de março.

Indenizações e obras

O TAC inclui o comprometimento de R\$ 60 milhões da Hydro para melhorar o tratamento de efluentes e o sistema de drenagem da refinaria, além de outras obras. Para as comunidades que vivem em torno do rio Murucupi, da região, serão pagos cerca de R\$ 65 milhões para a compra de alimentos e água. Além disso, o termo encerra outro caso protagonizado pela Hydro, este em 2009, quando a Vale ainda era a controladora do empreendimento. Somando as multas daquela época e deste ano, serão R\$ 33 milhões gastos pelo grupo. No total, além desse valor de R\$ 160 milhões do TAC, a empresa norueguesa apresentará garantia financeira de R\$ 250 milhões. Com o governo, o TC prevê investimentos de R\$ 150 milhões em projetos no desenvolvimento urbano das comunidades próximas à Alunorte. Entre eles, estão planos de habitação e infraestrutura. A Hydro se responsabiliza pela construção e o governo, pela gestão após as obras se completarem.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 06/09/2018**Seção:** Empresas**Autor:** Graziella Valenti | De São Paulo**Título:** Tecsis consegue adesão para cortar dívida em 68%

A fabricante de pás eólica Tecsis conseguiu, na terça-feira, fechar o quórum de adesão necessário à reestruturação de R\$ 800 milhões em dívidas com instituições financeiras e fornecedores por meio de uma recuperação extrajudicial.

O juiz do caso, da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais, reduziu de R\$ 228 milhões para R\$ 169 milhões o crédito que a multinacional GE, principal ex-cliente da companhia, possui dentro da recuperação. Com a decisão do juiz, de terça-feira, o percentual de aceitação dos credores superou 65% - mínimo necessário para homologação do plano. Antes, a empresa tinha o consentimento de detentores de pouco mais de 59% dos compromissos.

Ficaram dentro do processo apenas créditos da GE relacionados a empréstimos na forma de adiantamento para encomendas. O juiz não reconheceu para cobrança na recuperação valores pleiteados pela multinacional ligados a questionamentos de garantias de qualidade, por entender que não houve perícia definitiva para constituição da dívida.

A expectativa é que a homologação do plano ocorra ainda neste mês, após verificação da adesão pelo administrador judicial. Então, a dívida de R\$ 800 milhões, que não considera pendências trabalhistas e fiscais, será reduzida em 68%, para R\$ 250 milhões - valor presente dos compromissos, pois os prazos de vencimento foram alongados para um intervalo de oito a 30 anos.

Fora da recuperação judicial, a Tecsis também está perto de finalizar a renegociação de adiantamento de contratos de câmbio (ACC) que somam R\$ 200 milhões e devem passar a aproximadamente R\$ 70 milhões, segundo fontes a par das discussões. Assim, a empresa - hoje controlada pela Estáter com 91% do capital, em sociedade com o BNDES - sairá de toda a reestruturação financeira com dívida de R\$ 320 milhões, ante compromissos de R\$ 1 bilhão.

Fundada em 1995, a companhia entregou mais de 50 mil pás eólicas, até o fim de 2016, e foi uma das histórias de empreendedorismo mais badaladas do país - alvo de citações da ex-secretária americana Hillary Clinton e da revista "The Economist". No auge de sua atuação, chegou a empregar mais de 9 mil pessoas. Atualmente, tem 150 funcionários.

Credora na recuperação extrajudicial, a GE esteve umbilicalmente ligada ao nascimento e à derrocada da Tecsis. Foi sobre um contrato de US\$ 1 bilhão com a gigante americana que o fundador Bento Koike sedimentou o negócio, a partir de Sorocaba (SP). Após a crise com derivativos cambiais espalhados por exportadoras no Brasil, em 2008, o engenheiro foi diluído por uma operação de aporte financeiro pela Estáter e Unipar, além de conversão de dívida por bancos credores.

Ao longo dos últimos sete anos, na tentativa de desconcentrar a carteira de clientes, conquistou projetos da Alstom. Porém, o processo de verticalização promovido pela GE nesse segmento, com a compra da Alstom e depois da concorrente da Tecsis, a LM Wind Power, fez secar os projetos. Após adquirir R\$ 1 bilhão em pás, em 2016, a multinacional reduziu a conta a R\$ 20 milhões, no ano passado. Agora, Tecsis e GE estão na iminência de um embate arbitral a respeito de multas e ressarcimentos pelo cancelamento de pedidos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/09/2018

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Rocha | De São Paulo

Título: Glencore assume Alesat e inicia integração

Após três anos entre negociações e um acordo quase fechado, a distribuidora de combustíveis Alesat tem um novo dono, a gigante das commodities Glencore. Com a compra da brasileira após aval do Cade, a multinacional avança em um segmento novo, ao mesmo tempo que traz suas diretrizes para a quarta maior companhia do setor no Brasil.

A primeira tentativa de compra da Alesat foi anunciada em junho de 2016, pela Ipiranga, distribuidora do grupo Ultra, e que disputa a liderança do setor com a BR Distribuidora e a Raízen. Exatamente pela possibilidade de maior concentração do mercado, a aquisição foi rejeitada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), pouco mais de um ano depois do anúncio.

De volta à mesa de negociações, a companhia recebeu proposta de diversos grupos estrangeiros, como a holandesa Vitol e a francesa Total. Acabou fechando com a anglo-holandesa, maior negociadora de commodities do mundo.

"Quando fechamos com a Ipiranga, não tínhamos conversado só com eles, vínhamos num processo de estruturar a empresa para um potencial novo acionista. Quando veio a negativa do Cade, foi natural retomarmos a conversa com os interessados", afirma Diego Pires, gerente executivo de varejo da Alesat. Ele explica que uma das dificuldades da negociação foi o fato da Glencore ter quase nenhuma experiência em distribuição de combustíveis. No ano passado, a empresa abriu seus primeiros postos no México, em parceria com a G500.

Da Glencore, devem vir mudanças no compliance da companhia, atendendo a padrões internacionais. A gestão, entretanto, deve se manter com a atual

equipe da Alesat. A principal alteração foi a saída de Marcelo Alecrim da presidência da companhia, substituído por Fulvius Tomelin, que era diretor financeiro e está na empresa desde 2007. Alecrim, um dos fundadores, manteve uma fatia de 22% na companhia - ele tinha 32% - e assumiu a presidência do conselho de administração. As outras quatro cadeiras no colegiado serão ocupadas por indicados da nova controladora. O grupo Asamar (50%) e o fundo Darby (18%) venderam suas participações.

Estruturalmente, a Alesat responderá à Glencore Oil do Brasil, que trabalha com a comercialização de petróleo e combustíveis importados. O grupo estrangeiro ainda tem duas usinas de produção de etanol, além da comercialização de commodities agrícolas, geridas por outras subsidiárias.

Em um cenário mais tranquilo, a intenção é aproveitar os produtos negociados pela Glencore Oil. "A ideia é exatamente criar esse tipo de oportunidade. Hoje não está claro quais seriam em função do subsídio que vem sendo dado ao diesel. O mercado está virtualmente fechado por conta disso", destaca Tomelin. "Trazendo essa expertise, acabamos ganhando um pouco mais de experiência sobre como importar, para fazer de fato a atividade de 'trader', que, voltando as importações, passa a ser inerente à distribuição."

Em participação de mercado, a Alesat tem fatia estimada de 3,8%. Segundo a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Ipiranga, BR e Raízen concentram cerca de dois terços. A empresa perdeu presença durante as negociações com a Ipiranga, que deixaram a empresa com 2,9% de participação. "Após a negativa do Cade, tivemos de dar o passo de voltar a ganhar mercado, sair da inércia. E mais rápido que perdemos, foi a velocidade com que ganhamos", diz Tomelin.

A companhia trabalha não apenas na rede Ale, mas também com os postos bandeira branca, ou seja, sem contrato de exclusividade com distribuidoras. É nesse modelo, de bom relacionamento com as unidades sem bandeira, que a Alesat vê espaço para crescer e potencial para possíveis conversões.

Pires explica que a greve dos caminhoneiros reforçou a importância dos acordos com as distribuidoras, uma vez que foram esses postos, via de regra, que receberam primeiro o abastecimento após a paralisação. "Criar esse vínculo com a bandeira branca é um diferencial para ganhar mercado e crescer a estrutura de rede."

Mas os movimentos da empresa devem ser mais lentos por enquanto, até que as duas companhias alinhem suas expectativas e desenvolvam um plano de crescimento, que não deve acontecer no curto prazo. "A missão nesse primeiro momento é entender, fazer integração, colocar as áreas no mesmo padrão. O

Brasil está num momento de muita instabilidade, de incerteza, então temos de esperar um pouco", afirma Tomelin. "De qualquer forma, 50% do mercado é de postos com distribuidoras menores que a Ale ou bandeira branca, então há um universo de postos para serem embandeirados." **(Colaborou Carlos Prieto)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/09/2018

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Petrobras e Equinor miram parceria para geração eólica no mar

Sócias em uma série de ativos de óleo e gás, no Brasil, a Equinor (ex-Statoil) e a Petrobras mantêm conversas sobre uma possível parceria estratégica no setor de energia eólica offshore (no mar). Depois de estreitar no mercado brasileiro de energias renováveis, com a aquisição de um projeto de energia solar no Ceará, no ano passado, a companhia norueguesa quer ampliar sua presença no negócio de energias limpas no Brasil.

A vice-presidente sênior de desenvolvimento e produção da Equinor no Brasil, Verônica Coelho, conta que as conversas com a estatal brasileira ainda são preliminares, mas que a companhia norueguesa tem a ambição de desenvolver o segmento de energia eólica offshore no país. Ao todo, a empresa prevê investir cerca de US\$ 15 bilhões, no Brasil, até 2030.

"Estamos começando essa conversa. Não necessariamente para já viabilizar um projeto, porque nem existe legislação no Brasil para isso [investimentos em energia eólica offshore]. Estamos vendo o que é possível fazer para eventualmente destravar isso", afirmou a executiva, ontem, ao participar de evento na Firjan, no Rio.

Verônica destacou que as fontes de energia limpa se tornarão cada vez mais relevantes na matriz energética mundial e que a Equinor quer se manter à frente do movimento de transição para uma economia de baixo carbono. A empresa norueguesa prevê destinar entre 15% e 20% dos seus investimentos em projetos de energia limpa até 2030.

Em 2017, a norueguesa comprou de sua conterrânea Scatec Solar, por US\$ 25 milhões, uma fatia de 40% na usina de energia solar Apodi, de 162 megawatts, no município de Quixeré, no Ceará. A expectativa da Equinor é concluir as obras do projeto ainda neste ano.

A Petrobras também já sinalizou que pretende se reposicionar e aumentar sua presença no mercado de energias renováveis. Em julho, a estatal assinou um memorando de entendimentos com a francesa Total - e sua subsidiária Total Eren - para avaliar negócios conjuntos em energia solar e em eólica no Brasil, em terra.

Na ocasião, contudo, o diretor de estratégia, organização e sistema de gestão da Petrobras, Nelson Silva, antecipou que a companhia também tem interesse em desenvolver projetos eólicos no mar e que a empresa poderia buscar outros parceiros para investir nesse negócio.

O acordo com a Total marca uma reaproximação da petroleira com as renováveis. A Petrobras inaugurou seus primeiros e únicos parques eólicos em 2011 e seu único projeto de geração solar, em 2014, mas praticamente interrompeu seus investimentos no setor nos últimos anos. As iniciativas recentes da empresa na área se concentraram em alguns projetos de pesquisa e desenvolvimento.

Já em petróleo e gás, a expectativa da Equinor é elevar a produção no país dos atuais 100 mil barris diários para entre 300 mil e 500 mil barris/dia de óleo equivalente. Em junho, a empresa concluiu a aquisição de 25% do campo de Roncador, na Bacia de Campos. Segundo Verônica, a expectativa é iniciar com a Petrobras, entre 2018 e 2019, o projeto de revitalização do campo maduro que se encontra em declínio natural.

MME / ASCOM .